

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

3º Trimestre de 2015

Capacidade de financiamento da economia manteve-se em 1,3% do PIB

A poupança corrente da economia aumentou no 3º trimestre em consequência do crescimento do rendimento disponível da nação ligeiramente superior ao aumento da despesa de consumo final da economia. Este aumento foi compensado pela redução do saldo das transferências de capital pelo que a capacidade de financiamento da economia se manteve em 1,3% do PIB.

A capacidade de financiamento das Famílias diminuiu para 1,3% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2015 (menos 0,6 p.p. que no trimestre anterior). A taxa de poupança fixou-se em 4,0% (redução de 0,8 p.p. face ao trimestre precedente), traduzindo os efeitos conjugados do aumento do consumo privado e da ligeira diminuição do rendimento disponível das Famílias (variações de 0,8% e -0,1%, respetivamente). A capacidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras estabilizou em 0,6% do PIB, tal como a taxa de investimento deste setor (20,4% do PIB).

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) reduziu-se, passando de 6,4% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2015 para 3,2% no ano acabado no 3º trimestre de 2015. Esta redução do saldo em 3,2 p.p. do PIB reflete sobretudo o efeito base associado ao registo da capitalização do Novo Banco como transferência de capital no 3º trimestre de 2014. Refletindo o efeito simétrico, a capacidade de financiamento do setor das Sociedades Financeiras diminuiu de 5,1% para 2,6% entre os mesmos dois períodos.

Considerando o conjunto dos três primeiros trimestres de 2015, o saldo global das AP fixou-se em -4.843,7 milhões de euros, correspondente a -3,6% do PIB (-8,9% do PIB em igual período do ano passado, -5,1% excluindo a capitalização do Novo Banco).

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 3º trimestre de 2015.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de

oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

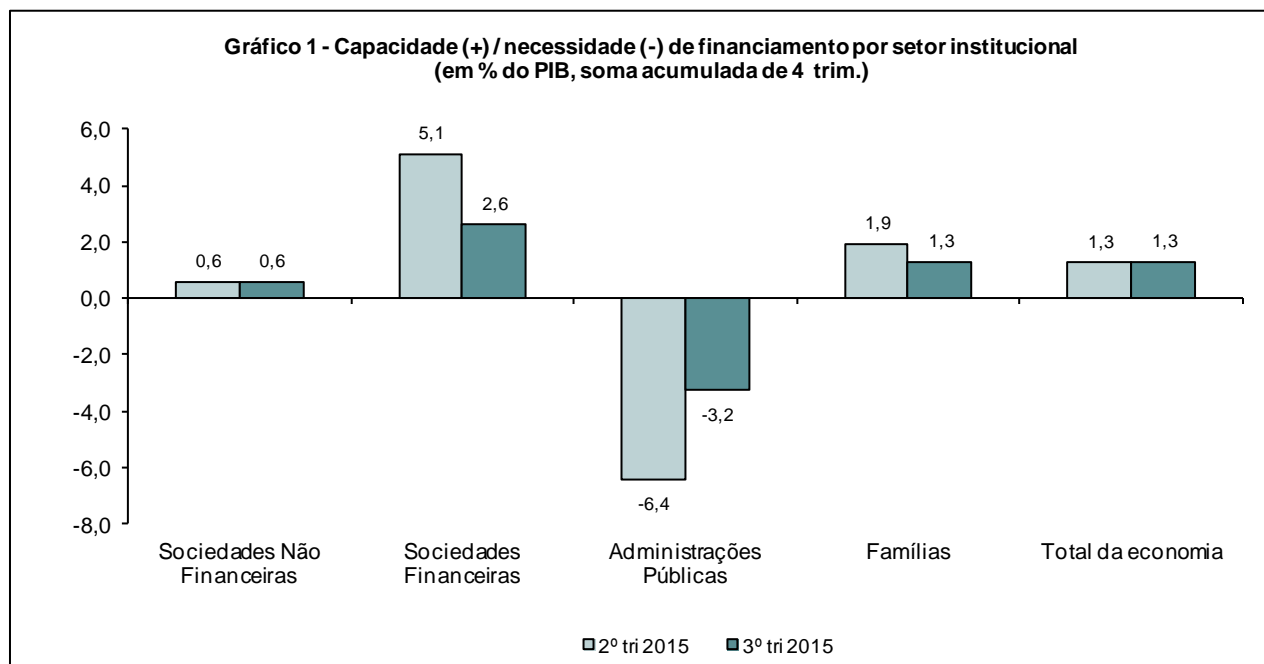
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

**Capacidade de financiamento da economia
fixou-se em 1,3% do PIB**

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,3% do PIB no 3º trimestre de 2015, idêntica à observada no trimestre anterior. A poupança corrente cresceu, tendo o rendimento disponível bruto aumentado mais que a despesa de consumo final. O crescimento do rendimento disponível bruto refletiu sobretudo o aumento nominal do PIB.

O saldo externo de bens e serviços aumentou para 0,6% do PIB (mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior), tendo as exportações e as importações aumentado 0,9% e 0,3%, respetivamente.

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional. A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) diminuiu 3,2 p.p., fixando-se em 3,2% do PIB. Este comportamento reflete sobretudo o efeito base do registo da capitalização do Novo Banco como transferência de capital, ocorrida no 3º trimestre de 2014 (ver destaque do 2º trimestre de 2015). Deduzindo esta transação, a redução da necessidade de financiamento das AP seria de 0,4 p.p.. No 3º trimestre de 2015, o saldo das Sociedades Não Financeiras estabilizou em 0,6% do PIB, enquanto o das Famílias diminuiu para 1,3% do PIB (-0,6 p.p. que no trimestre anterior).



Famílias: capacidade de financiamento diminuiu para 1,3% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias diminuiu para 1,3% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2015 (1,9% no trimestre anterior). Para este resultado contribuiu sobretudo a redução da poupança corrente, traduzindo os efeitos conjugados do aumento da despesa de consumo final (taxa de variação de 0,8%) e da ligeira redução do rendimento disponível das famílias em 0,1%. A taxa de poupança diminuiu para 4,0% (4,8% no trimestre anterior), o que corresponde ao valor mais baixo desde o 1º trimestre de 1999.

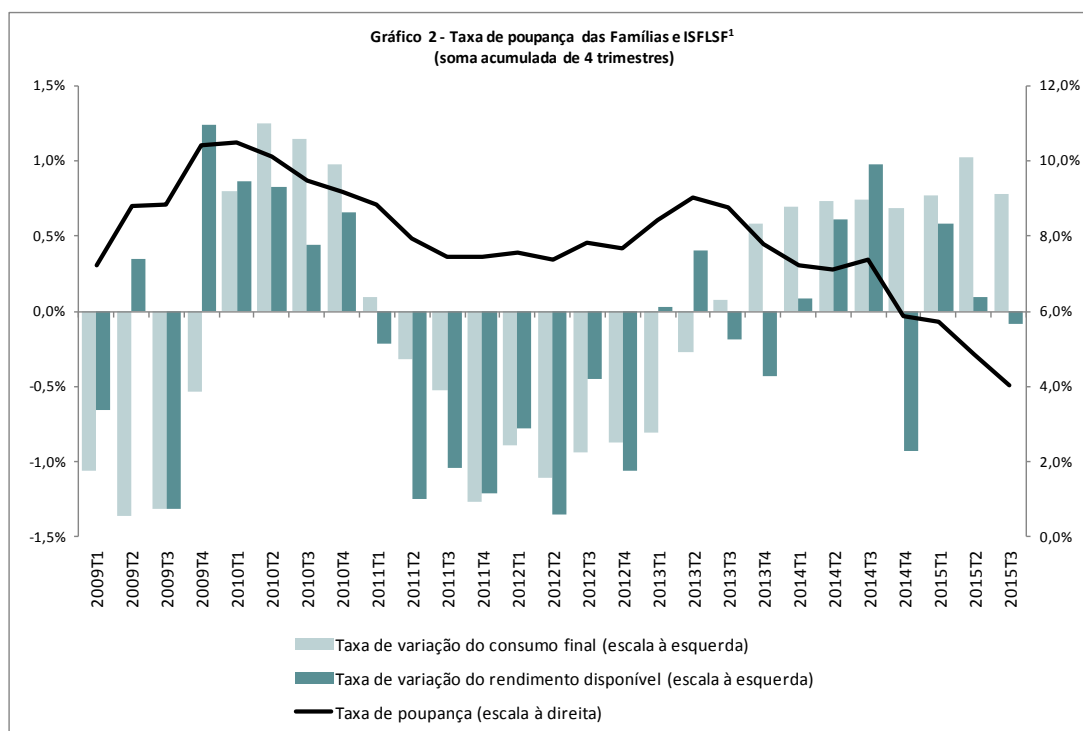
A diminuição do rendimento disponível resultou da redução simultânea das remunerações e do saldo dos rendimentos de propriedade. Como se pode observar no quadro 1, que decompõe a taxa de variação do rendimento disponível, as remunerações e o saldo dos rendimentos de propriedade representaram, em conjunto, um contributo de -0,2 p.p. para a taxa de

variação do rendimento disponível, parcialmente compensado pela diminuição dos impostos e pelo aumento das prestações sociais líquidas.

A redução das remunerações foi sobretudo determinada pelo comportamento das remunerações pagas pelas AP, que diminuíram 2,0% no 3º trimestre de 2015. Recorde-se que no 3º trimestre de 2014 não vigoraram cortes salariais em consequência da decisão do Tribunal Constitucional.

A diminuição dos juros pagos pelas famílias foi mais que compensada pela redução dos rendimentos de propriedades (juros e dividendos) recebidos, determinando um contributo negativo deste saldo (-0,1 p.p.) para a variação do rendimento disponível no 3º trimestre de 2015.

O quadro 2 apresenta a composição do rendimento disponível das Famílias, com as remunerações a representarem 63,4% do rendimento disponível no 3º trimestre de 2015.



¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISFLSF).

Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...(5) - (6)
2011T1	-0,3	-0,1	0,0	0,2	0,2	0,2	-0,2
2011T2	-0,6	-0,2	-0,7	0,0	0,0	-0,1	-1,3
2011T3	-0,6	-0,2	0,0	0,0	0,1	0,2	-1,0
2011T4	-1,1	-0,1	0,0	0,2	0,1	0,4	-1,2
2012T1	-0,7	0,0	-0,1	0,4	-0,4	0,0	-0,8
2012T2	-1,9	0,1	0,1	0,6	-0,1	0,2	-1,4
2012T3	-0,8	0,1	0,0	0,2	-0,2	-0,2	-0,4
2012T4	-1,6	0,2	-0,1	0,1	-0,1	-0,4	-1,1
2013T1	0,0	0,1	0,6	0,3	0,1	1,0	0,0
2013T2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,4
2013T3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,6	-0,2
2013T4	0,7	0,1	-0,3	-0,1	0,4	1,2	-0,4
2014T1	-0,2	0,2	0,1	-0,1	0,2	0,1	0,1
2014T2	0,7	0,3	0,1	-0,5	0,1	0,1	0,6
2014T3	0,5	0,2	0,2	0,4	0,1	0,4	1,0
2014T4	-0,7	0,1	-0,1	-0,5	-0,2	-0,4	-0,9
2015T1	0,4	0,1	0,1	-0,2	0,2	0,0	0,6
2015T2	0,3	0,0	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,1
2015T3	-0,1	0,0	-0,1	0,1	0,0	-0,1	-0,1

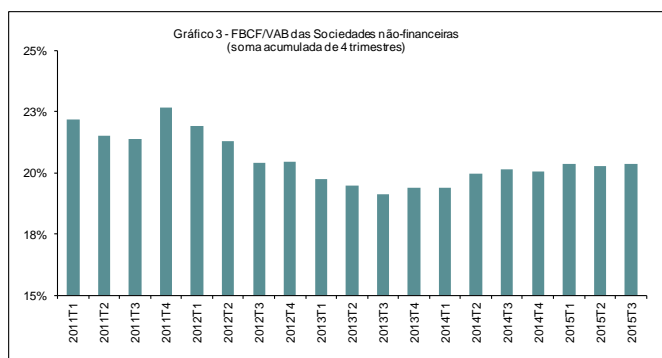
Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (% soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas
2011T1	65,2	24,3	8,2	-7,7	6,2	3,8
2011T2	65,5	24,5	7,6	-7,7	6,3	3,9
2011T3	65,5	24,5	7,7	-8,0	6,3	4,0
2011T4	65,3	24,7	7,8	-8,5	6,6	4,1
2012T1	65,0	24,9	7,7	-8,6	7,1	3,8
2012T2	64,0	25,3	8,0	-8,8	7,8	3,8
2012T3	63,5	25,5	8,0	-8,7	8,0	3,6
2012T4	62,5	26,1	8,0	-8,4	8,3	3,5
2013T1	62,5	26,1	8,6	-9,4	8,5	3,7
2013T2	62,2	26,1	8,8	-9,4	8,8	3,6
2013T3	62,4	26,2	8,8	-10,1	8,9	3,7
2013T4	63,4	26,4	8,6	-11,3	8,8	4,1
2014T1	63,1	26,6	8,6	-11,4	8,8	4,3
2014T2	63,4	26,7	8,7	-11,4	8,2	4,3
2014T3	63,3	26,7	8,8	-11,7	8,6	4,3
2014T4	63,2	27,0	8,8	-11,3	8,1	4,2
2015T1	63,2	26,9	8,8	-11,2	7,9	4,4
2015T2	63,4	26,9	8,6	-11,2	7,9	4,4
2015T3	63,4	26,9	8,5	-11,1	8,0	4,4

Sociedades Não Financeiras: capacidade de financiamento representou 0,6% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 0,6% do PIB no ano terminado no 3º trimestre de 2015, mantendo o nível observado no trimestre anterior. O VAB aumentou 1,0%, tendo as remunerações pagas e o imposto sobre o rendimento crescido 0,5% e 11,6%, respetivamente.

A taxa de investimento (medida através do rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o VAB) estabilizou em 20,4%.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento atingiu 2,6% do PIB

No 3º trimestre de 2015, o setor das Sociedades Financeiras apresentou uma capacidade de financiamento de 2,6% do PIB, o que compara com 5,1% no trimestre anterior. Como foi já referido, o saldo do ano terminado no 2º trimestre de 2015 está afetado pela transferência de capital do setor das AP para o setor das Sociedades Financeiras, correspondente à capitalização do Novo Banco, ocorrida no 3º trimestre de 2014. Deduzindo esta transação, o saldo no 2º trimestre de 2015 seria de 2,3%, o que traduziria uma melhoria de 0,3 p.p. do PIB no 3º trimestre.

Os rendimentos de propriedade pagos e recebidos registaram taxas de variação de -5,5% e -2,5%, respetivamente, no 3º trimestre de 2015, determinando uma melhoria no saldo destes rendimentos em 9,3%.

Esta melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade e, em menor grau, o aumento em 2,0% no VAB, determinou um aumento da poupança corrente deste setor em 8,1%.

Setor das Administrações Públicas: défice diminuiu para 3,2% do PIB

A necessidade de financiamento das AP reduziu-se em 3,2 p.p. no ano terminado no 3º trimestre de 2015, relativamente ao trimestre anterior, atingindo 3,2% do PIB. Como já foi referido, o registo da capitalização do Novo Banco no 3º trimestre de 2014 influenciou significativamente a melhoria do défice, bem como a diminuição da despesa entre os anos terminados no 2º e 3º trimestre de 2015 (ver quadros 3 e 4).

Do lado da receita, destaca-se o aumento dos impostos sobre a produção e importação (taxa de variação de 2,0%) e dos impostos sobre o rendimento e património (1,8%), enquanto as restantes componentes da receita estabilizaram ou diminuíram.

A despesa corrente diminuiu 0,5% no 3º trimestre de 2015, traduzindo o decréscimo das prestações sociais, das despesas com pessoal, dos juros e das outras despesas correntes. Pelo contrário, a despesa com o consumo intermédio e os subsídios aumentaram, parcialmente compensando a diminuição da despesa corrente. Refira-se que a redução das remunerações pagas pelas AP em 2,0% no 3º trimestre de 2015

reflete, em parte, um efeito base dado que no 3º trimestre de 2014 não vigoraram cortes salariais em consequência da decisão do Tribunal Constitucional. A despesa de capital registou um acentuado decréscimo, refletindo o já referido efeito base associado ao registo da capitalização do Novo Banco como transferência de capital no 3º trimestre de 2014.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -705,6 milhões de euros no 3º trimestre de 2015, correspondente a -1,5% do PIB.

Para o conjunto dos três primeiros trimestres de 2015, o saldo global das AP fixou-se em -4.843,7 milhões de euros, -3,6% do PIB (-8,9% do PIB em igual período do ano passado, -5,1% excluindo a capitalização do Novo Banco). Conforme se observa no quadro 5, esta

melhoria foi determinada sobretudo pela diminuição da despesa em 8,0%, refletindo o registo da capitalização do Novo Banco no período homólogo, mas também pelo aumento da receita total (2,2%). Destaque-se em particular o aumento da receita com impostos sobre a produção e importação (8,2%), que representou 14,5% do PIB, o que compara com 13,8% do PIB do período anterior.

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos para a passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 3º trimestre de 2015 com o trimestre homólogo, e não considerando o efeito do registo da capitalização do Novo Banco como transferência de capital, verificou-se uma melhoria do saldo em contabilidade nacional, em larga medida determinada pela melhoria do saldo em contabilidade pública.

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

unidade: 10⁶ euros

	2014T3	2014T4	2015T1	2015T2	2015T3
Receitas totais	78.712,5	77.230,8	77.661,5	78.125,5	78.486,4
Receita corrente	76.912,0	75.785,8	76.220,4	76.671,9	77.124,8
Impostos sobre o rendimento e património	19.981,9	18.973,7	18.913,7	18.903,3	19.240,4
Impostos sobre a produção e importação	24.556,3	24.592,6	25.027,8	25.542,9	26.060,8
Contribuições sociais	20.837,0	20.370,8	20.610,6	20.718,2	20.625,5
Vendas	6.492,0	6.531,0	6.492,7	6.626,7	6.638,4
Outras receitas correntes	5.044,8	5.317,7	5.175,6	4.880,8	4.559,8
Receitas de capital	1.800,5	1.445,0	1.441,1	1.453,7	1.361,6
Despesas totais	91.485,1	89.676,9	90.174,1	89.423,1	84.223,7
Despesa corrente	80.914,1	79.287,5	79.684,6	79.675,2	79.264,6
Prestações sociais	35.253,7	34.106,3	34.107,8	34.200,2	34.156,7
Despesas com pessoal	21.481,4	20.494,6	20.609,7	20.602,4	20.197,8
Juros	8.408,9	8.502,3	8.554,3	8.453,4	8.319,3
Consumo intermédio	9.816,0	10.079,2	10.266,9	10.411,4	10.649,4
Subsídios	1.160,7	1.209,7	1.216,7	1.185,2	1.212,4
Outra despesa corrente	4.793,3	4.895,4	4.929,2	4.822,5	4.729,0
Despesa de capital	10.571,1	10.389,4	10.489,5	9.747,9	4.959,1
Investimento ⁽¹⁾	3.487,7	3.578,5	3.579,8	3.861,9	3.792,3
Outra despesa de capital	7.083,4	6.810,8	6.909,7	5.886,0	1.166,8
Saldo corrente	-4.002,1	-3.501,8	-3.464,2	-3.003,3	-2.139,7
Saldo total	-12.772,6	-12.446,2	-12.512,6	-11.297,6	-5.737,2
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	72.505,1	70.785,2	71.130,3	71.221,8	70.945,3
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	173.575,9	173.446,2	174.946,8	176.547,0	177.720,5
Défice em % PIB	-7,4%	-7,2%	-7,2%	-6,4%	-3,2%

Quadro 4: Taxas de variação das Receitas e Despesas do sector das Administrações Públicas ao ano acabado no trimestre

taxas de variação (%)

	2014T3	2014T4	2015T1	2015T2	2015T3
Receitas totais	1,3	-1,9	0,6	0,6	0,5
Receita corrente	1,2	-1,5	0,6	0,6	0,6
Impostos sobre o rendimento e património	2,5	-5,0	-0,3	-0,1	1,8
Impostos sobre a produção e importação	1,5	0,1	1,8	2,1	2,0
Contribuições sociais	1,0	-2,2	1,2	0,5	-0,4
Vendas	-1,1	0,6	-0,6	2,1	0,2
Outras receitas correntes	-0,8	5,4	-2,7	-5,7	-6,6
Receitas de capital	2,5	-19,7	-0,3	0,9	-6,3
Despesas totais	6,8	-2,0	0,6	-0,8	-5,8
Despesa corrente	1,1	-2,0	0,5	0,0	-0,5
Prestações sociais	2,0	-3,3	0,0	0,3	-0,1
Despesas com pessoal	0,6	-4,6	0,6	0,0	-2,0
Juros	1,6	1,1	0,6	-1,2	-1,6
Consumo intermédio	0,5	2,7	1,9	1,4	2,3
Subsídios	-0,2	4,2	0,6	-2,6	2,3
Outra despesa corrente	-2,4	2,1	0,7	-2,2	-1,9
Despesa de capital	86,7	-1,7	1,0	-7,1	-49,1
Investimento ⁽¹⁾	-1,6	2,6	0,0	7,9	-1,8
Outra despesa de capital	234,2	-3,8	1,5	-14,8	-80,2

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	1-3º trimestre de 2014		1-3º trimestre de 2015		Taxas de variação(%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	56.591,7	43,7	57.847,4	43,2	2,2
Receita corrente	55.605,0	42,9	56.944,0	42,5	2,4
Impostos sobre o rendimento e património	13.983,8	10,8	14.250,5	10,6	1,9
Impostos sobre a produção e importação	17.924,8	13,8	19.393,0	14,5	8,2
Contribuições sociais	15.040,2	11,6	15.294,9	11,4	1,7
Vendas	4.710,0	3,6	4.817,4	3,6	2,3
Outras receitas correntes	3.946,1	3,0	3.188,2	2,4	-19,2
Receitas de capital	986,8	0,8	903,4	0,7	-8,5
Despesas totais	68.144,4	52,6	62.691,1	46,8	-8,0
Despesa corrente	59.237,1	45,7	59.214,1	44,2	0,0
Prestações sociais	25.924,1	20,0	25.974,5	19,4	0,2
Despesas com pessoal	15.588,4	12,0	15.291,6	11,4	-1,9
Juros	6.359,6	4,9	6.176,5	4,6	-2,9
Consumo intermédio	7.061,1	5,4	7.631,3	5,7	8,1
Subsídios	755,2	0,6	757,8	0,6	0,4
Outra despesa corrente	3.548,7	2,7	3.382,4	2,5	-4,7
Despesa de capital	8.907,3	6,9	3.477,0	2,6	-61,0
Investimento ⁽¹⁾	2.274,4	1,8	2.488,1	1,9	9,4
Outra despesa de capital	6.632,9	5,1	988,9	0,7	-85,1
Saldo corrente	-3.632,1	-2,8	-2.270,1	-1,7	
Saldo total	-11.552,6	-8,9	-4.843,7	-3,6	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unid: milhões euro	
	2014T3	2015T3
Saldo em contabilidade pública:	79,8	666,4
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	515,4	384,6
Diferença entre juros pagos e devidos	-1.284,0	-1.230,8
Outros valores a receber:	-127,2	-248,4
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	-60,4	-245,9
<i>Outros</i>	-66,8	-2,5
Outros valores a pagar:	186,1	282,6
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	129,1	174,1
<i>Outros</i>	57,0	108,5
Outros ajustamentos:	-5.636,1	-559,9
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	-5.378,1	-298,8
Saldo em contabilidade nacional :	-6.266,0	-705,6
PIB Trimestral	44.604,4	45.777,9
Em % do PIB	-14,0%	-1,5%

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto aumentou 0,6%

No 3º trimestre de 2015, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registou uma variação nominal de 0,6%, taxa inferior em 0,1 p.p. à do PIB nominal. Para este resultado contribuiu a redução dos subsídios recebidos do exterior (taxa de variação de -15,6%), parcialmente compensado pela melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade (juros e dividendos) com o exterior (taxas de variação de -2,3% nos rendimentos recebidos e -2,7% nos rendimentos pagos).

Quadro 7: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2010T1	177 312	1,1	171 224	1,3	172 152	1,3
2010T2	178 333	0,6	172 102	0,5	173 214	0,6
2010T3	179 365	0,6	172 541	0,3	173 819	0,3
2010T4	179 930	0,3	173 878	0,8	174 987	0,7
2011T1	179 514	-0,2	174 402	0,3	175 649	0,4
2011T2	178 996	-0,3	174 281	-0,1	175 543	-0,1
2011T3	178 022	-0,5	174 335	0,0	175 654	0,1
2011T4	176 167	-1,0	172 772	-0,9	174 098	-0,9
2012T1	174 830	-0,8	170 494	-1,3	171 816	-1,3
2012T2	172 010	-1,6	167 746	-1,6	168 955	-1,7
2012T3	170 371	-1,0	165 907	-1,1	167 063	-1,1
2012T4	168 398	-1,2	164 317	-1,0	165 851	-0,7
2013T1	167 630	-0,5	164 348	0,0	165 920	0,0
2013T2	167 983	0,2	165 411	0,6	167 202	0,8
2013T3	168 809	0,5	166 314	0,5	168 146	0,6
2013T4	170 269	0,9	167 975	1,0	169 808	1,0
2014T1	170 764	0,3	168 440	0,3	170 542	0,4
2014T2	172 387	1,0	169 942	0,9	171 914	0,8
2014T3	173 605	0,7	171 770	1,1	173 842	1,1
2014T4	173 446	-0,1	171 119	-0,4	173 292	-0,3
2015T1	174 972	0,9	172 538	0,8	174 765	0,9
2015T2	176 578	0,9	173 645	0,6	175 792	0,6
2015T3	177 751	0,7	174 740	0,6	176 872	0,6

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) da Nação registou um aumento de 0,6% no 3º trimestre de 2015, enquanto a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) aumentou 0,5%. A poupança corrente da economia registou um aumento de 1,1%, enquanto o saldo das transferências de capital reduziu-se, determinando a estabilização da capacidade de financiamento em 1,3% do PIB no 3º trimestre de 2015 (idêntica à registada no trimestre anterior).

A FBC para o total da economia situou-se em 15,1% do PIB no 3º trimestre de 2015 (menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior).

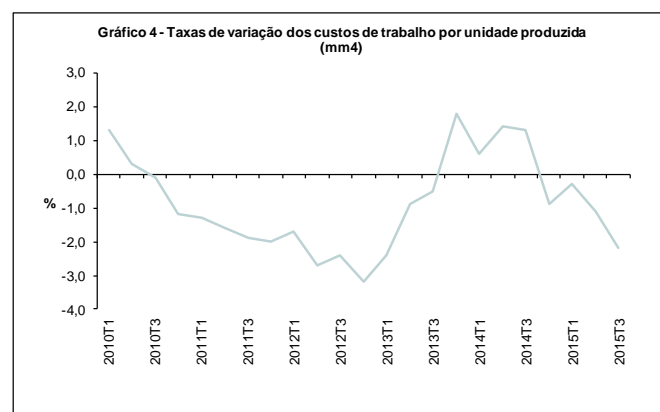
Quadro 8 - Poupança e Capacidade/necessidade de financiamento

unidade: % do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2010T1	11,3	-1,0	21,1	-8,8
2010T2	10,9	-0,9	21,4	-9,5
2010T3	10,5	-1,0	20,9	-9,5
2010T4	10,8	-1,3	21,1	-9,0
2011T1	11,3	-1,5	20,9	-8,1
2011T2	11,9	-1,4	20,4	-7,0
2011T3	12,8	-1,5	20,0	-5,7
2011T4	13,1	-1,4	18,6	-4,0
2012T1	12,7	-1,6	17,6	-3,3
2012T2	13,0	-1,7	16,6	-1,8
2012T3	12,8	-1,8	15,5	-0,8
2012T4	13,7	-2,0	15,7	0,0
2013T1	14,3	-1,8	15,1	1,0
2013T2	14,9	-1,8	14,8	2,0
2013T3	15,2	-1,7	14,8	2,1
2013T4	15,4	-1,5	14,6	2,3
2014T1	15,5	-1,6	14,9	2,1
2014T2	15,3	-1,5	15,1	1,8
2014T3	15,7	-1,5	15,1	2,2
2014T4	15,4	-1,3	15,1	1,7
2015T1	15,4	-1,3	14,9	1,8
2015T2	15,1	-1,3	15,2	1,3
2015T3	15,2	-1,1	15,1	1,3

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) diminuíram

No 3º trimestre de 2015, os CTUP diminuíram 2,2% (redução de 1,1% no trimestre anterior) em consequência da redução de 2,0% da remuneração média e do aumento da produtividade. A diminuição da remuneração média foi influenciada pela redução das remunerações pagas pelas Administrações Públicas.



Revisões das estimativas

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Os presentes resultados por setor institucional são consistentes com as contas trimestrais para o total da economia, pelo que refletem naturalmente as revisões daí decorrentes. Adicionalmente refira-se ainda que as contas trimestrais para o total da economia, divulgadas ao público em 30 de novembro, podem, com a presente divulgação de dados por setor institucional, sofrer alterações em

alguns agregados em consequência da incorporação de informação adicional. Os quadros disponibilizados na área de Contas Nacionais do Portal do INE são atualizados sempre que ocorram alterações que o justifiquem.

Comparativamente com a publicação anterior, referente ao 2º trimestre de 2015, é ainda de destacar:

- (i) A incorporação da versão mais recente da Balança de Pagamentos;
- (ii) A incorporação da informação mais recente das Estatísticas Monetárias e Financeiras.

Nota metodológica

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. Caso nada seja indicado em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas (SEC 2010), sendo de destacar as definições seguintes:

Capacidade/necessidade de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo Final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais com a aquisição de bens e serviços para satisfação direta de necessidades humanas, quer individuais, quer coletivas.

Custos do trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A formação bruta de capital fixo (P.51) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) inclui a FBCF, a Variação de Existências e a Aquisição (líquida de cessões) de Objetos de Valor.

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O rendimento nacional bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remunerações de empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração (brutos ou líquidos) e rendimento misto (bruto ou líquido).

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – É a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Sector institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – Representa o rácio entre a Formação bruta de capital fixo e o Valor acrescentado bruto.

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível, ajustado com a variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões.

Saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.